

SUMÁRIO

<i>Prefácio do Prof. CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO</i>	5
<i>Agradecimentos</i>	9

PARTE 1 – O SERVIÇO PÚBLICO NO CONTEXTO DO ESTADO SOCIAL DE DIREITO

<i>1. Considerações Iniciais</i>	17
<i>2. Considerações Preambulares</i>	21
<i>3. O Estado de Direito e sua Base Ideológica</i>	24
<i>4. Estado de Direito</i>	
4.1 <i>O Estado e o Direito</i>	30
4.2 <i>O Estado de Direito e a Constituição</i>	33
4.3 <i>O Estado de Direito no Brasil: aspectos jurídico-positivos e conceito</i>	35
<i>5. Estado Social de Direito</i>	39
<i>6. Do Princípio da Solidariedade ou Solidarismo</i>	43
6.1 <i>Breve introito acerca dos princípios jurídicos</i>	43
6.2 <i>O fundamento ideológico da solidariedade ou solidarismo, sua juridicidade e conteúdo</i>	46
6.3 <i>Dos aspectos jurídico-positivos do princípio do solidarismo em face da Constituição Federal de 1988</i> ...	50

PARTE 2 – O SERVIÇO PÚBLICO E SEU REGIME JURÍDICO

<i>1. Considerações Iniciais</i>	55
--	----

2. Serviço Público à la Française

2.1 <i>A Escola do Serviço Público</i>	56
2.1.1 <i>O pensamento de Léon Duguit</i>	57
2.1.1.1 <i>A concepção teórica do Estado e do serviço público na visão de Duguit</i>	57
2.1.2 <i>O pensamento de Gaston Jèze</i>	61
2.2 <i>A jurisprudência francesa</i>	63
2.3 <i>A concepção hodierna do serviço público à la française</i> ...	66

3. Conceito de Serviço Público

3.1 <i>Critérios utilizados pela doutrina para definição de serviço público</i>	70
3.2 <i>Considerações metodológicas acerca da conceituação de serviço público</i>	74
3.3 <i>Os requisitos para conceituação de serviço público no Direito Brasileiro</i>	78
3.4 <i>O conceito de serviço público no Direito Brasileiro</i>	
3.4.1 <i>Panorama geral das concepções doutrinárias do serviço público no Direito Brasileiro</i>	82
3.4.2 <i>Conceito de serviço público adotado</i>	85
3.4.3 <i>Requisito subjetivo</i>	86
3.4.4 <i>Requisito objetivo ou material</i>	88
3.4.5 <i>Requisito formal</i>	91

4. Princípios do Serviço Público

4.1 <i>Considerações iniciais</i>	95
4.2 <i>Princípio da generalidade ou universalidade</i>	97
4.3 <i>Princípio da modicidade</i>	98
4.4 <i>Princípio da continuidade</i>	100
4.5 <i>Princípio da transparência</i>	104
4.6 <i>Princípio da adaptabilidade, mutabilidade ou atualidade</i>	105
4.7 <i>Princípio da cortesia</i>	106
4.8 <i>Princípio da igualdade</i>	107

4.9	<i>Princípio da regularidade</i>	108
4.10	<i>Princípio do controle (interno e externo) sobre as condições da prestação de serviços públicos</i>	109
5.	<i>Serviço Público e Atividade Econômica</i>	
5.1	<i>A formação da ordem social e da ordem econômica pela óptica do princípio do solidarismo</i>	113
5.2	<i>Distinção entre serviços públicos e atividades econômicas</i>	115
6.	<i>Os Serviços Públicos na Constituição de 1988</i>	121
7.	<i>A Suposta “Crise” do Serviço Público</i>	128
8.	<i>À Guisa de Conclusão</i>	135
	<i>Referências Bibliográficas</i>	137